



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### Conclusão da revisão do valor do salário mínimo

Há dias, o Governo de Hong Kong decidiu aumentar o salário mínimo legal, cujo valor passará de 37,5 para 40 dólares de Hong Kong por hora a partir do próximo dia 1 de Maio. Nos termos do diploma intitulado “Minimum Wage Ordinance” da região vizinha, a Comissão do Salário Mínimo apresenta, pelo menos de dois em dois anos, um relatório e uma proposta sobre o nível do salário mínimo legal ao Chefe do Executivo e ao Conselho Executivo. Desde a entrada em vigor deste diploma em 2011, o Governo de Hong Kong já procedeu, nos termos legais, à revisão do salário mínimo seis vezes, em 2013, 2015, 2017, 2019, 2021 e 2023, tendo o valor do salário mínimo sido actualizado em todas as revisões, menos na de 2021, devido ao impacto da pandemia. Isto mostra que as disposições que estabelecem a revisão a cada dois anos têm sido cumpridas escrupulosamente.

Olhando para Macau, desde a entrada em vigor no dia 1 de Janeiro de 2016 da Lei n.º 7/2015 (Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial), que foi, entretanto, revogada pela Lei n.º 5/2020 (Salário mínimo para os trabalhadores), o salário mínimo por hora foi ajustado apenas uma vez, de 30 para 32 patacas, estando o nível bastante aquém do de Hong Kong. Ao abrigo do artigo 9.º desta lei que regula o salário mínimo para os trabalhadores, a revisão do valor do salário mínimo ocorre uma vez em cada dois anos, podendo o respectivo valor ser actualizado de acordo com a situação do desenvolvimento económico. Importa referir que já se passaram mais de dois anos desde que a referida lei entrou em vigor, no dia 1 de Novembro de 2020.

Quanto à data para a primeira revisão, o Secretário para a Economia e Finanças afirmou que ia tentar concluir, até Junho deste ano, o relatório sobre a primeira revisão



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

do salário mínimo, de modo a entregá-lo, posteriormente, ao Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) para discussão e a avançar com os respectivos trabalhos legislativos. Se o Governo não alterar o mecanismo de revisão e ajustamento do passado, é provável que, no futuro, a revisão do valor do salário mínimo não passe do papel e não possa ser concluída no prazo previsto, o que vai impedir os trabalhadores da camada de base de auferirem um salário mínimo razoável, afectando-os gravemente.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O relatório de revisão, após a conclusão, ainda vai ser discutido no seio do CPCS e apreciado pela Assembleia Legislativa (AL), processo que vai levar bastante tempo, prevendo-se, por isso, que a primeira actualização do valor do salário mínimo universal seja difícil de ser concluída ainda neste ano. Assim, o Governo pode acelerar os trabalhos de revisão? Tem uma calendarização para a conclusão da discussão, a tomada de decisão sobre a actualização do valor e a submissão à AL para apreciação?

2. Tendo em conta que a revisão e a actualização do salário mínimo não têm funcionado de forma satisfatória, o Governo vai tomar como referência a experiência bem-sucedida de Hong Kong, para criar uma comissão do salário mínimo ou uma comissão especializada de acompanhamento de acordo com a lei orgânica do CPCS, no sentido de rever e calcular o nível do salário mínimo, aumentando o seu valor em tempo oportuno?

13 de Janeiro de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Lam Lon Wai**